

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005

1

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005	Emenda nº 3 – CAS (Substitutivo)
	Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes	Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e 11.947, de 16 de junho de 2009, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, bem como promover ações para a alimentação e a nutrição adequadas de crianças e de adolescentes.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
<b>Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969</b>		<b>Art. 1º</b> O art. 45 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
<b>Art 45.</b> As instalações e o funcionamento dos estabelecimentos industriais ou comerciais, onde se fabrique, prepare, beneficie, acondicione, transporte, venda ou depósito alimento ficam submetidos às exigências deste Decreto-lei e de seus Regulamentos.		“ <b>Art. 45.</b> .....
		Parágrafo único. Os estabelecimentos situados em escolas de educação básica ficam proibidos de vender bebidas com baixo teor nutricional e alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans ou de sódio, sujeitando-se os infratores às penalidades estabelecidas na legislação sanitária federal.” (NR)
	<b>Art. 1º</b> O art. 46 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:	<b>Art. 2º</b> O art. 46 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
<b>Art 46.</b> Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior devem ser previamente licenciados pela autoridade sanitária competente estadual, municipal, territorial ou do Distrito Federal, mediante a expedição do respectivo alvará.	“ <b>Art. 46.</b> .....	“ <b>Art. 46.</b> .....
	Parágrafo único. Não serão licenciados nem terão seus	Parágrafo único. Não serão licenciados nem terão seus



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005

2

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005	Emenda nº 3 – CAS (Substitutivo)
	alvarás renovados os estabelecimentos situados em escolas de educação básica que venderem bebidas de baixo teor nutricional ou alimentos ricos em açúcar, gordura saturada, gordura trans ou sódio. (NR)”	alvarás renovados os estabelecimentos situados em escolas de educação básica que venderem bebidas com baixo teor nutricional ou alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans ou de sódio.” (NR)
<b>Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990</b>	<b>Art. 2º</b> O art. 14 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:	<b>Art. 3º</b> O art. 14 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:
<b>Art. 14.</b> O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.	“ <b>Art. 14.</b> O Sistema Único de Saúde promoverá programas de prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil e ações de educação sanitária para pais, educadores e alunos.	“ <b>Art. 14.</b> .....
<b>Parágrafo único.</b> É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.	<b>§ 1º</b> É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias	§ 1º .....
	§ 2º O Sistema Único de Saúde desenvolverá ações de educação nutricional, de promoção de alimentação saudável e de prevenção e controle de distúrbios nutricionais e de doenças associadas à alimentação e nutrição de crianças e adolescentes.(NR)”	§ 2º O Sistema Único de Saúde desenvolverá ações de educação nutricional, de promoção de alimentação saudável e de prevenção e controle de distúrbios nutricionais e de doenças associadas à alimentação e à nutrição de crianças e de adolescentes.” (NR)
<b>Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001</b>	<b>Art. 3º</b> O art. 6º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:	
<b>Art. 6º</b> Os cardápios do programa de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão elaborados por nutricionistas capacitados, com a participação do CAE e respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando prioridade, dentre esses, aos semi-elaborados e aos in natura. (Revogado pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009)	“ <b>Art. 6º</b> Os cardápios do programa de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão elaborados por nutricionistas capacitados, com a participação do CAE e respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando prioridade, dentre esses, aos semi-elaborados e aos in natura, vedada a utilização de bebidas de baixo teor nutricional e de alimentos ricos em açúcar, gordura saturada, gordura trans ou sódio.	



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005

3

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005	Emenda nº 3 – CAS (Substitutivo)
<b>Parágrafo único.</b> Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios utilizarão, no mínimo, setenta por cento dos recursos do PNAE na aquisição dos produtos básicos. <b>(Revogado pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009)</b>	..... (NR)”	
<b>Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009</b>		<b>Art. 4º</b> O art. 2º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:
<b>Art. 2º</b> São diretrizes da alimentação escolar:		“ <b>Art. 2º</b> .....
..... VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.		.....
		VII – a manutenção do equilíbrio energético e do peso saudável dos alunos.” (NR)
		<b>Art. 5º</b> O art. 12 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:
<b>Art. 12.</b> Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.		“ <b>Art. 12.</b> .....
<b>Parágrafo único.</b> Para efeito desta Lei, gêneros alimentícios básicos são aqueles indispensáveis à promoção de uma alimentação saudável, observada a regulamentação aplicável.		<b>§ 1º</b> .....
		§ 2º É vedada, na forma do regulamento, a utilização,



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005

4

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005	Emenda nº 3 – CAS (Substitutivo)
		nos cardápios da alimentação escolar, de bebidas de baixo teor nutricional e de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans ou de sódio.” (NR)
		<b>Art. 6º</b> Aplicam-se aos serviços de alimentação e aos alimentos preparados nas escolas de educação básica, públicas e privadas, as disposições desta Lei, observada a regulamentação aplicável.
		<b>Art. 7º</b> As definições de bebidas de baixo teor nutricional e de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans ou de sódio serão dispostas em regulamento.
		<b>Art. 8º</b> A critério da autoridade sanitária, outros alimentos e bebidas, além daqueles mencionados no art. 7º, poderão sofrer restrições de uso na alimentação escolar.
	<b>Art. 4º</b> Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.	<b>Art. 9º</b> Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

